



A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS

Nicássia Alves Cezário^{1*} (PG), Daniela da Costa B. P. Lima² (PQ), Thabyta Lopes Rego³ (PG)

¹ Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. nicassiaalves@hotmail.com

² Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação.

³ Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

Resumo: Este estudo analisa a relação público-privada estabelecida na educação superior no Brasil, no sentido de compreender a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Para dar suporte às análises, foram utilizadas fontes bibliográficas e estatísticas tendo como ponto de partida o ano de 1995. Desse modo, este estudo fundamenta-se teoricamente em Barroso (2006), Ball (2004), Sguissardi (2013), Mészáros (2011), Dias Sobrinho (2010), entre outros. Para efeito de análise comparativa, fez-se uso de dados compilados de outros estudos sobre as instituições públicas e privadas e dados atuais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Sobre o quantitativo das IES privadas evidenciamos que no período de (1996-2007), a liberalização, a desregulamentação e a flexibilização de novos cursos e de instituições, iniciados no governo de FHC (1995-2003), permitiu o surgimento/crescimento de IES com fins lucrativos e a continuidade se deu no governo de Lula (2003-2011); bolsas de estudo para estudantes do ensino privado são apontados como políticas sociais e programas de democratização do acesso, que também contribuíram para a expansão das IES privadas.

Palavras-Chave: Privatização. Lógica Mercantil. Estado Regulador. Políticas Públicas Educacionais.

Introdução

A relação público-privada já se estabelece há vários séculos no Brasil, porém, é notável o crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas na educação superior de 1995 até 2003 após a política neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a forma como esta se manteve em vigor, mesmo nos governos de esquerda, após 2003. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a relação público-privado estabelecida na educação superior no Brasil e compreender o surgimento e a expansão das IES privadas a partir dessa expansão iniciada em 1995.

A globalização, a privatização e as políticas públicas adotadas dos organismos internacionais são apontadas como fatores que induziram a visão mercantil no ramo e, em consequência, permitiram a diminuição das fronteiras entre o setor público e privado. Reformas educacionais foram propostas por um Estado regulador, avaliador e supervisor que estabelece políticas públicas fiscalizadoras de acordo com as leis que regem o mercado e a iniciativa privada, mantendo o controle socioeconômico (BARROSO, 2006).



I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Materiais e Métodos

Para dar suporte às análises, foram utilizadas fontes bibliográficas e estatísticas tendo como ponto de partida o ano de 1995. Desse modo, este estudo fundamenta-se teoricamente em Barroso (2006), Ball (2004), Sguissard (2013), Mészáros (2011), Dias Sobrinho (2010), entre outros. Para efeito de análise comparativa, fez-se uso de dados compilados de outros estudos sobre as instituições públicas e privadas e dados atuais da Instituição Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre o quantitativo das IES.

Resultados e Discussão

A partir das concepções de Mészáros (2011) o Estado moderno tem uma função de estrutura totalizadora de controle político da ordem produtiva e reprodutiva estabelecida e garantia de apoio econômico ao capital. Assim, oferece toda a logística, a estrutura e o apoio econômico às grandes empresas capitalistas que configuram a relação público-privado, permeada por interesses mercantis.

Com a atuação do mercado em várias áreas, vemos a educação no ensino superior sendo empregada a partir de uma lógica mercantil. A partir dessa ótica, Ball (2004, p. 1112) afirma que:

As instituições do setor público estão sendo 'repensadas' como oportunidades de lucros. Muitos dos maiores atores na Indústria dos Serviços Educacionais (*Education Services Industry*) estão associados a multinacionais e investidores de capital de risco com interesses e influências internacionais enormes e diversos, trata-se de empresas de serviços genéricos de gestão ou de companhias construtoras com subsidiárias oferecendo serviços de gestão. Para elas, os serviços de educação não passam de mais uma oportunidade de negócios, sem especificidade particular. Valores (éticos) são apagados ou desconsiderados em favor do uso de métodos padronizados de mensuração e de controle.

Tal afirmação se concretizou no Brasil quando “[...] as empresas Anhanguera, Estácio de Sá, Kroton e Sociedade Educacional Brasileira (SEB), abriram seu capital na bolsa de valores, a partir de 2007, intensificando o processo de compra e venda de Instituições de Ensino Superior – IES brasileiras que continua até os dias de hoje” (RUAS, 2014, p.5), assunto mais aprofundado a seguir. Com a abertura para essas empresas,



I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

ocorre o aumento considerável do discurso sobre o “privado” e os “negócios” no setor público, articulado, em especial, por meio de noções como a de “parceria” (BALL, 2004).

Nessa mesma perspectiva, Schneider e Rostirola (2015, p. 496) dizem que o Estado propõe reformas educacionais em conformidade com às leis que regem o mercado e a iniciativa privada, para que ocorra a diminuição das fronteiras entre o setor público e privado. Diversos autores, Bertolin (2011), Cunha (1997), Ball (2004), Sguissard (2013), entre outros, concordam que os organismos internacionais multilaterais, induziram o desenvolvimento de políticas apoiadas na expansão de mercados livres, com o discurso de melhorar a qualidade dos sistemas educativos, visando o desenvolvimento e o crescimento econômico do país.

Dale (1993) pontua que os quase-mercados educacionais propõem novas formas e combinações de financiamento, fornecimento e regulação da educação, e que o Estado pode retirar-se completamente quer do financiamento, quer do fornecimento da educação, através da desregulação. Desse modo, o Estado regulador das políticas educacionais permite que o mercado defina as demandas da produção do conhecimento das universidades por uma vertente mercadológica e também controle a qualidade do conhecimento produzido a partir dos processos de avaliação.

A partir de 1996 houve crescimento considerável das IES privadas, de acordo Dias Sobrinho (2010), esse aumento foi decorrência das políticas privatistas dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), que, através de portarias, decretos e leis, institucionalizaram outras modalidades de instituições de ensino sem a necessidade de desenvolver pesquisa e extensão, o que até então era uma premissa constitucional conferida às universidades por meio do artigo 207, da Constituição Federal de 1988.

Dados do Inep (2008), analisados por Chaves (2010), comprovam que nesse mesmo período (1996-2007), a liberalização, a desregulamentação e a flexibilização de novos cursos e de instituições, iniciados no governo de FHC (1995-2003), permitiu o surgimento/crescimento de IES com fins lucrativos. A continuidade se deu no governo de Lula (2003-2011). Bolsas de estudo para estudantes do ensino privado, como é o caso do



I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), são apontados como políticas sociais e programas de democratização do acesso, que também contribuíram para a expansão das IES privadas.

Considerações Finais

A expansão da educação superior é caracterizada por uma vertente mercadológica, que se constitui a partir da relação do setor público com o privado. Dias Sobrinho (2010) e Sguissardi (2013) apontam a globalização, a modernização, as privatizações e a redução dos financiamentos públicos como fatores importantes que induziram essa expansão, bem como o aumento significativo das IES privadas advindas da formação dos oligopólios. Logo, as políticas avaliativas no contexto de educação voltada para o desenvolvimento econômico servem como instrumento importante do mercado para validar seus serviços prestados e, assim, deixam de desenvolver sua real finalidade, a saber, melhorar a qualidade da educação superior, tornando-a um bem público e direito de todos.

Agradecimentos

Agradecemos ao Grupo de Estudos e Pesquisas GEaD/UFG que contribuiu significativamente para o desenvolvimento de pesquisas e estudos que envolvem a educação superior no Brasil.

Referências

- BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 28 jan. 2018.
- BARROSO, J. A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores. **Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação**, 2006.
- BERTOLIN, J. C. G. Os quase-mercados na educação superior: dos improváveis mercados competitivos à imprescindível regulação do Estado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n. 2, p. 237-248, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a02.pdf>>. Acesso em: 1º fev. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anízio Teixeira. **Censo da Educação Superior (1996 a 2007)**. Brasília/DF: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>>. Acesso em: 2 fev. 2018.



I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

CUNHA, L. A. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. **Cadernos de Pesquisa**, n. 101, p. 20-49, jul.1997. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/751>>. Acessado em: 7 jan. 2018.

DALE, R. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. **Educação Sociedade e Cultura**, n. 2, p.109 -139, 1993.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes**. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772010000100011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 6 jan. 2018.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

RUAS, C. **Educação superior privada mercantil e seus oligopólios: a megafusão Anhanguera e Kroton**. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Nic%C3%A1ssia/Downloads/_arquivos_158fc2ddd52ec2cf54d3c161f2dd6517_claudia-ruas.pdf>. Acesso em 11 jan. 2018.

SCHNEIDER, M. P; ROSTIROLA, C. R. Estado-Avaliador: reflexões sobre sua evolução no Brasil. **RBPAE**, v. 31, n. 3, p. 493 - 510 set./dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/viewFile/63790/37015>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SGUISSARDI, V. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 943-960, jul.-set. 2013. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 8 jan. 2018.